



**JUVENTUDE E TRABALHO: UM ESTUDO BIBLIOMÉTRICO COM  
PESQUISAS BRASILEIRAS SOBRE JOVENS APRENDIZES  
YOUTH AND WORK: A BIBLIOMETRIC STUDY WITH BRAZILIAN  
RESEARCH ON YOUNG APPRENTICES**

**Silas Dias Mendes Costa<sup>1</sup>**

**Kely César Martins de Paiva<sup>2</sup>**

**Resumo**

**Objetivo:** Descrever como se configuram as pesquisas sobre jovens trabalhadores assistidos pela Lei número 10.097/2000, considerando artigos publicados nos anais de eventos organizados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e em revistas científicas, indexadas à plataforma eletrônica da Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL).

**Teorias:** Políticas públicas inclusivas e de formação profissional, a exemplo da Lei 10.097/2000, “Lei da Aprendizagem”.

**Método:** Trata-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e os dados foram analisados pela bibliometria.

**Resultados:** Os estudos que relacionam juventude e trabalho ainda são incipientes, como também os que focalizam a legislação pertinente. As temáticas mais recorrentes estão vinculadas a aspectos comportamentais, sugerindo-se ampliar e aprofundar as investigações a partir de outros vieses ontológicos e epistemológicos, bem como a discussão sobre as políticas públicas para tal grupo, tendo em vista suas reais necessidades e possibilidades.

**Contribuições teóricas/ metodológicas:** A pesquisa fornece uma visão ampliada das pesquisas sobre jovens trabalhadores sugerindo lacunas a serem preenchidas e oportunidades de pesquisas futuras.

**Contribuições gerenciais/ sociais:** Os resultados sugerem que as pesquisas sobre esse grupo de trabalhadores podem ser ampliadas com base em discussões em relação às políticas públicas, considerando-se as realidades sócio, político e econômicas atuais e perspectivas futuras do mercado de trabalho no Brasil, bem como na América Latina.

**Palavras-chave:** Jovens trabalhadores. Lei da Aprendizagem. Jovem Aprendiz. Políticas Públicas.

<sup>1</sup> Mestre em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/ Departamento de Ciências Administrativas, Belo Horizonte – Minas Gerais, Brasil. [silasdiasmendes@gmail.com](mailto:silasdiasmendes@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)/ Departamento de Ciências Administrativas, Belo Horizonte – Minas Gerais, Brasil. [kelypaiva@face.ufmg.br](mailto:kelypaiva@face.ufmg.br)





## **Abstract**

**Objective:** Describe how the researches on young workers assisted by Law number 10.097/2000 are configured, considering articles published in the annals of events organized by the National Association of Graduate Studies and Research in Administration (ANPAD) and in scientific journals, indexed to the electronic platform of Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL).

**Theories:** Inclusive public policies and professional training, such as Law 10.097/2000, “Law of Learning”.

**Method:** This is a descriptive study, with a quantitative approach and the data were analyzed by bibliometrics.

**Results:** Studies relating youth and work are still incipient, as are those that focus on the relevant legislation. The most recurring themes are linked to behavioral aspects, suggesting the expansion and deepening of investigations based on other ontological and epistemological viases, as well as the discussion of public policies for this group, in view of their real needs and possibilities.

**Theoretical/ methodological contributions:** The research provides an expanded view of research on young workers suggesting gaps to be filled and opportunities for future research.

**Managerial/ social contributions:** The results suggest that research on this group of workers can be expanded based on discussions in relation to public policies, considering the current socio, political and economic realities and future prospects of the labor market in Brazil, as well as in Latin America.

**Keywords:** Young workers. Learning Law. Young apprentice. Public policy.

## **1 INTRODUÇÃO**

As representações presentes na literatura acerca da juventude envolvem conceitos difusos e ambíguos (Camarano, Pazinato, Kanso, & Vianna, 2004), comumente associados ao período de transição entre a fase infantil e a maturidade adulta (Sposito, 2003), podendo ainda envolver limites etários caracterizados por diferentes questões históricas e culturais, apresentando mudanças temporais de sociedade para sociedade (Minayo-Gomes & Meirelles, 1997). Assim, estabelecer critérios a partir da faixa etária poderia ser uma alternativa para reunir algumas das especificidades dos sujeitos pertencentes a esse grupo e delimitar pesquisas (Sposito, 2003), porém há que se considerar as diferenças culturais, pautadas em realidades nacionais e em mudanças em suas histórias sócio, político e econômicas.

Assim, na prática, verifica-se a ausência de consenso entre entidades, organizações e institutos, visto que eles adotam diferentes parâmetros etários para classificar os sujeitos considerados jovens. A Organização das Nações Unidas (ONU), organização intergovernamental voltada para a cooperação internacional, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por exemplo, classificam como jovens aqueles com idade entre 15 e 24 anos (Brasil, 2000). Por outro lado, tomando





como parâmetro a Política Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude, são classificados como jovens aqueles com idade entre 15 e 29 anos (Brasil, 2005).

O ingresso de jovens no trabalho é autorizado pela legislação brasileira por meio da Lei número 10.097/2000 (Lei da aprendizagem) e do Decreto número 5.598/2005 (Brasil, 2000; 2005), que preconizam a aprendizagem e o desenvolvimento profissional destes jovens, conhecidos como “jovens aprendizes”. Entretanto, em muitos casos, o aspecto produtivo tem se sobreposto ao caráter educativo (Fischer, Oliveira, Teixeira, Teixeira, & Amaral, 2003) em relação ao trabalho jovem, ou seja, apesar de a primeira experiência de trabalho ser valorizada numa perspectiva futura, por vezes, a inserção desse público nas empresas volta-se meramente para o cumprimento da legislação trabalhista (Franco, Magalhães, Paiva, & Saraiva, 2017).

Justifica-se, portanto, o fato de autores percussores recomendarem o aprofundamento das investigações sobre juventude, trabalho e educação (Corrochano, 2013) e ampliação dos estudos já realizados por meio de pesquisa envolvendo temáticas comportamentais (Paiva, 2012), possibilitando mapear o impacto do trabalho na vida desses jovens (Frenzel & Bardagi, 2014). Considerando as transformações no mundo do trabalho e as particularidades desse grupo, verificam-se ainda possibilidades de pesquisas vinculadas ao campo das políticas públicas, fomentando discussões sobre suas contribuições bem como aspectos relacionados à sua implementação e níveis de ação (local, regional, nacional).

Frente a essas considerações, questiona-se: as publicações que versam sobre jovens trabalhadores têm apresentado crescimento desde a promulgação da Lei da Aprendizagem? Essas pesquisas estão associadas a quais temáticas? Quem são os autores de maior destaque? A quais instituições de ensino e/ou pesquisa estão vinculadas? Quais eventos e periódicos têm divulgado estas pesquisas e quais debates têm sido estabelecidos a partir delas? Neste sentido, o presente artigo tem como objetivo descrever como se configuram as pesquisas sobre jovens trabalhadores assistidos pela Lei número 10.097/2000, considerando os anais de eventos organizados pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD) e em revistas científicas, indexadas à plataforma eletrônica da Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL).

## **2 JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS**

Diferentes autores problematizam sobre o conceito de juventude, suas imprecisões e interdisciplinaridade, associando-o a fatores sociais e históricos (Minayo-Gomes & Meirelles,





1997; Trancoso & Oliveira, 2016). Entre os paradigmas epistemológicos que representam um desafio em torno dessa conceituação, destacam-se três questões: (1) o fato da juventude ser considerada como um período de transição ao passo que a vida adulta é algo pouco concreto e a ser alcançado; (2) a ampliação do sentido de juventude a partir de questões coletivas, como atitudes ou características de determinados grupos; e (3) a atribuição a esse grupo de características impostas socialmente (Trancoso & Oliveira, 2016).

Considerando a ausência de um consenso no que se refere à conceituação do termo, na literatura usualmente tem se utilizado a palavra “juventudes”, no plural, como forma de abranger as particularidades dos sujeitos que pertencem a esse grupo (Lemos, 2012; Rocha-de-Oliveira, Piccinini, & Bitencourt, 2012) e minimizar a imprecisão conceitual. A idade surge como alternativa para classificação dos jovens enquanto grupo social, mas ainda assim os limites etários são difusos: enquanto, para o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os jovens têm idade entre 15 e 24 anos, para o Estatuto da Juventude, esta faixa etária encontra-se entre 15 e 29 anos (Brasil, 2005).

No contexto nacional, observa-se uma especificidade na faixa etária atribuída à juventude quando se levam em conta os programas de aprendizagem. A Lei número 10.097, regulamentada pelo decreto número 5.598, popularizada como “Lei da aprendizagem”, considera jovem o indivíduo entre 14 e 24 anos, assegurando-lhes o ingresso no mercado de trabalho por meio de contrato de trabalho especial e assistência de instituições de formação profissional. A criação de políticas públicas como esta prevê contratação um percentual entre 5 e 15% de aprendizes por empresa, proporcionando ao jovem-aprendiz formação técnica e profissional (Brasil, 2000; 2005) além de reduzir a taxa de desemprego desse grupo.

Ao tratar da importância do programa de aprendizagem para os jovens trabalhadores, Andrade, Santos e Jesus (2016), destacam que sua criação deu-se a partir de iniciativa do governo federal através de políticas públicas e incentivos às empresas no sentido de contratar e prover formação profissional desses jovens junto a instituições responsáveis pela aprendizagem. Para os autores, trata-se de uma política que possibilita o desenvolvimento intelectual dos jovens instruindo-os, dentre outras coisas, a comportar-se no ambiente organizacional de forma adequada, além de permitir-lhes identificar determinadas competências necessárias para cada área de atuação, fomentando seu desenvolvimento pessoal e profissional (Andrade et al., 2016).

O Programa Jovem Aprendiz, cuja regulamentação deu-se por meio das legislações citadas anteriormente, prevê a necessidade de realização de curso de aprendizagem pelos jovens





assistidos, ofertados por instituições responsáveis pela qualificação profissional, que devem elaborar um plano de curso, que deverá ser enviado ao Ministério da Economia (que incorporou recentemente atribuições do Ministério do Trabalho e Emprego) por meio de formulário disponível em seu endereço eletrônico. Além disso, tal política assegura um contrato de trabalho diferenciado, com prazo de duração determinado, respeitando a duração máxima de dois anos. Com o avançar dos anos, a legislação vem sendo aperfeiçoada de modo a resguardar a proteção desses jovens (Andrade, Santos, & Jesus, 2016).

As informações em relação à empregabilidade e à participação do jovem no mercado de trabalho, na condição de aprendiz, indicam a contratação de um total de 3.233.278 jovens (14-24 anos) desde a entrada em vigor do referido decreto, saltando de 57.231 contratações em 2005 para 386.791 em 2017 (MTE, 2018). A partir dessa informação, infere-se que essa política pública tem alcançado um número cada vez maior de jovens; entretanto, em inúmeros casos, ela tem se restringido ao cumprimento de obrigações legais (Franco, Magalhães, Paiva, & Saraiva, 2017) e geralmente as tarefas realizadas no ambiente de trabalho são caracterizadas pela repetição e rotina (Tucker & Loughlin, 2006) trazendo o desafio que criar oportunidades de trabalho decentes (OIT, 2013) para os jovens trabalhadores que nela se abrigam.

Apresentado um breve escopo teórico dos conceitos envolvendo juventude, trabalho e políticas públicas, na próxima seção apresentar-se-á o percurso metodológico adotado nesta pesquisa.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

A pesquisa caracteriza-se a partir de sua abordagem quantitativa e natureza descritiva pautando-se em um estudo bibliométrico (Sengupta, 1992). Para tanto, utilizou-se como referência artigos publicados nos anais de 4 (quatro) eventos brasileiros, na área de administração, todos organizados pela ANPAD. São eles: Encontro da ANPAD (EnANPAD); Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD (EnEO), Encontro de Administração Pública da ANPAD (EnAPG), Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho da ANPAD (EnGPR). Além disso, foram considerados os artigos publicados em periódicos indexados a base de dados da plataforma SPELL.

A escolha da ANPAD como base para consulta de artigos deu-se pelo fato do seu reconhecimento nacional e internacional pela comunidade acadêmica. Os encontros EnANPAD, EnEO, EnAPG e EnGPR foram selecionados uma vez que os temas de interesses





em cada divisão acadêmica de cada um deles atendem ao escopo deste artigo. Por sua vez, a opção pela plataforma SPELL considerou o fato de que a produção científica de periódicos nacionais vinculados às áreas de Administração Pública e de Empresas, Contabilidade e Turismo é indexada em uma mesma base de dados e seus indicadores são utilizados na avaliação e na classificação de periódicos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para a busca, foram utilizados os descritores “jovem trabalhador”, “jovens trabalhadores”, “jovem aprendiz” e “jovens aprendizes”. No endereço eletrônico da ANPAD, não foi aplicado nenhum filtro de busca, no entanto, para a plataforma SPELL os termos foram verificados nos campos “título do documento” ou “resumo” ou “palavras-chave”, considerado o período entre 2005 e 2018. O ano de 2005 foi selecionado como período inicial da consulta tendo em vista que nesse ano o Decreto número 5.598 passou a regulamentar a Lei da Aprendizagem. Foram considerados apenas documentos em formato de “artigo”, podendo ter sido publicado em qualquer idioma ou área do conhecimento.

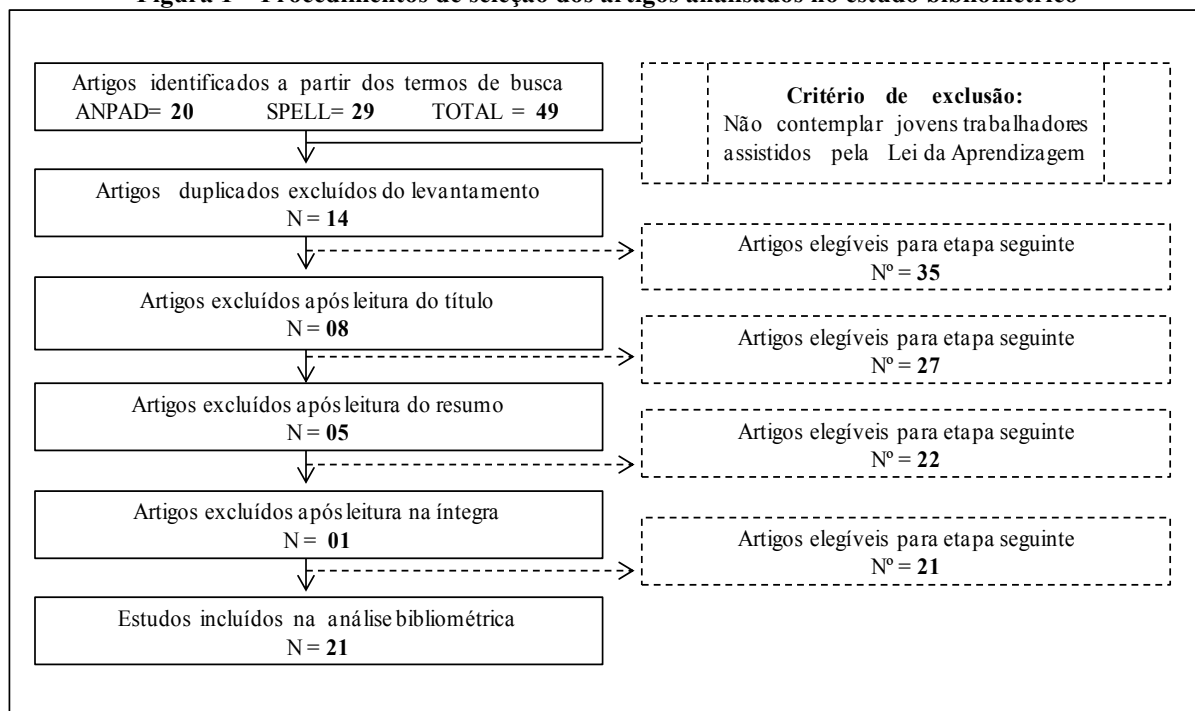
O objetivo do estudo bibliométrico consiste em analisar a incidência de estudos, mapeando e mesurando o conhecimento produzido, neste caso, sobre jovens trabalhadores. Com esse propósito, foram adotados os seguintes procedimentos: i) seleção de plataformas de busca de artigos, sendo selecionados os eventos da ANPAD e a plataforma SPELL, dada a credibilidade e reconhecimento de ambos; ii) seleção de um período de busca, considerando neste artigo o intervalo entre 2005 a 2018; iii) utilização de palavras-chave para a pesquisa (jovens trabalhadores; jovem trabalhador; jovens aprendizes; jovem aprendiz) e iv) operacionalização da pesquisa, considerando os parâmetros anteriores (i, ii e iii).

Estudos que analisam o estado da arte sobre determinado tema, possibilitam identificar avanços e lacunas em determinadas temáticas e áreas do conhecimento, fomentando a proposição de agendas de pesquisas que posteriormente venham a contribuir de forma teórica ou empírica com o assunto em debate (Prado, Alcântara, Carvalho, Vieira, & Machado, 2016). Dentro do contexto das políticas públicas para inserção dos jovens no mercado de trabalho, um estudo desta natureza contribui para identificar discussões que tratem desde sua concepção, níveis de ação e resultados efetivos e mapear os estudos desta natureza.

A sistematização da busca e identificação dos artigos pode ser representada na Figura 1, apresentada a seguir:



**Figura 1 – Procedimentos de seleção dos artigos analisados no estudo bibliométrico**



Fonte: Elaborada pelos autores

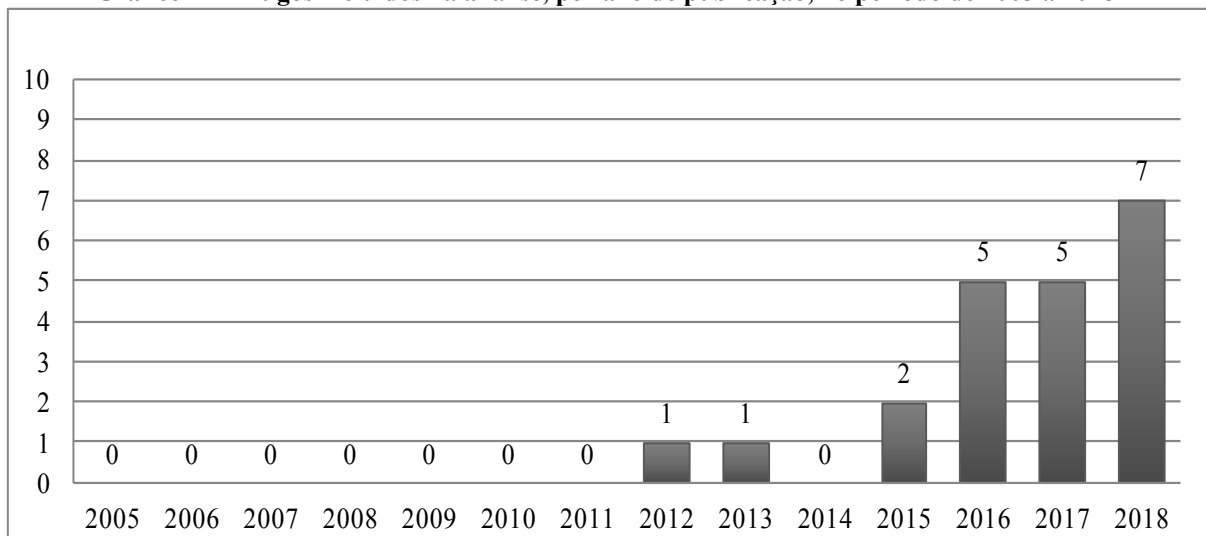
Ao final do levantamento, os artigos identificados foram classificados considerando o seguinte escopo: i) número de artigos por ano, considerando o período entre 2005 e 2018; ii) artigos por canal de publicação (anais de eventos ou periódico); iii) tipo de pesquisa (qualitativa, quantitativa ou mista); iv) abrangência por estado brasileiro; v) temática abordada, considerando sua incidência; vi) autores mais recorrentes; e vii) instituição de ensino vinculada aos autores. Todos os 21 artigos selecionados foram categorizados a partir de tais requisitos e serão apresentados e discutidos a seguir.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira publicação que versa sobre jovens trabalhadores na condição de aprendiz foi no ano de 2012, sete anos depois a regulamentação de suas atividades. Nota-se que, apesar de oscilações entre 2012 e 2018, existe uma tendência de crescimento no que se refere ao número de publicações, sendo registrado o maior número de artigos publicados nos anos de 2017 e 2018 (6 artigos em cada ano). Esses dados permitem inferir que os jovens trabalhadores, assistidos pela Lei da Aprendizagem, têm sido considerados como um público relevante do ponto de vista acadêmico.

Conforme apresentado no Gráfico 1, a seguir, a quantidade de publicações em relação ao período analisado, que foi de 2005 a 2018, apresenta uma tendência de aumento, com destaque para o ano de 2018, com 7 publicações. Infere-se, portanto, que diferentes autores têm atendido às sugestões de estudos precursores que recomendam a realização de pesquisas que ampliem a compreensão sobre esse público (Corrochano, 2013; Paiva, 2012; Frenzel & Bardagi, 2014).

**Gráfico 1 – Artigos incluídos na análise, por ano de publicação, no período de 2005 a 2018**



Fonte: Dados da pesquisa

O primeiro artigo publicado foi intitulado de “Valores organizacionais e do trabalho: um estudo com jovens trabalhadores” (Paiva, 2012). Na sequência, em 2013, foi publicado o artigo: “Estresse ocupacional e burnout de jovens trabalhadores” (Paiva, Dutra, Barros, & Santos, 2013). Ambos os trabalhos foram publicados nos anais de edições do EnANPAD e problematizaram temáticas de cunho comportamental.

Apenas no ano de 2015, dez anos após regulamentação da Lei da Aprendizagem, surgem os primeiros estudos que problematizam o trabalho de jovens assistidos pela referida lei, sob o viés das políticas públicas. Os artigos apresentam os seguintes títulos: “A contribuição do Programa Jovem Aprendiz na formação profissional: uma análise a partir da ótica dos egressos da região metropolitana de Vitória – ES” (Fraga, Silva, & Silva, 2015) e “Programa de Aprendizagem: imagem e satisfação na visão dos aprendizes” (Lizote, Verdinelli, Laurentino, & Santos, 2015), sendo o primeiro publicado nos anais do EnANPAD e o segundo no periódico RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia.

Os debates nesses artigos giram em torno da contribuição dos programas de aprendizagem e satisfação dos jovens assistidos pelo programa. Fraga, Silva e Silva (2015)





realizaram um estudo qualitativo com 19 (dezenove) aprendizes egressos na região metropolitana de Vitória (ES, Brasil). Os autores observaram que, apesar de impulsionar a inserção dos jovens no mercado de trabalho, o programa, de certa forma, exclui uma parcela de jovens ao passo que considera, nas fases de seleção, uma classificação que está vinculada ao preparo escolar, na qual aqueles com melhor preparo se sobressaem em relação aos demais (Fraga, Silva, & Silva, 2015).

Considerando a percepção dos aprendizes, Lizote, Verdinelli, Laurentino e Santos (2015) analisaram a imagem e satisfação dos jovens aprendizes em relação a um programa de aprendizagem desenvolvido por uma instituição profissionalizante de Itajaí (SC, Brasil), a partir de três categorias: ensino, instituição promotora e desenvolvimento pessoal. Os resultados da pesquisa indicaram que para ambas as categorias de análise foram obtidas médias de satisfação superiores a 80%, indicando aspectos favoráveis em relação ao desenvolvimento do programa (Lizote, Verdinelli, Laurentino, & Santos, 2015).

Nos anos subsequentes, observa-se um aumento expressivo na quantidade de publicações: 5 (cinco) no ano de 2016; 5 (cinco) em 2017 e 7 (sete) em 2018.

Verificou-se também os meios de publicação dos artigos, já que 67% deles foram publicados em anais de eventos da ANPAD e 33% em diferentes periódicos vinculados à plataforma SPELL, conforme apresentado na Tabela 1.

**Tabela 1 – Artigos por canal de publicação, no período de 2005 a 2018**

Canal de publicação	Quantidade	Percentual (%)
ANPAD (Anais de Eventos)	14	67
Encontros da ANPAD (EnANPAD)	13	92,9
Encontros de Administração Pública da ANPAD (EnAPG)	1	7,1
SPELL (Periódicos)	7	33
RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia	1	14,3
Revista Ciências Administrativas	1	14,3
Economia & Gestão	1	14,3
Gestão & Planejamento	1	14,3
Gestão & Regionalidade	1	14,3
Revista Reuna	1	14,3
TPA - Teoria e Prática em Administração	1	14,3
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100</b>

**Fonte: Dados da pesquisa**

Analisaram-se as abordagens de pesquisa adotadas na operacionalização dos estudos. Note-se que 43% dos artigos utilizaram-se de abordagem qualitativa, 43% da quantitativa e 14% da abordagem mista (qualitativa e quantitativa). Para as pesquisas quantitativas, os instrumentos de coleta de dados foram questionários e, para as qualitativas, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas com os jovens abordados. As pesquisas com abordagem mista



utilizaram os dois instrumentos mencionados (questionário e entrevista semiestruturada), conforme indicado na Tabela 2, a seguir.

**Tabela 2 – Abordagem da pesquisa**

Abordagem de pesquisa	Número de artigos	Percentual (%)
Qualitativa	9	43
Quantitativa	9	43
Mista (qualitativa e quantitativa)	3	14
<b>Total</b>	<b>21</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa

Quanto à abrangência, as pesquisas estão distribuídas da seguinte forma: 6 (seis) no Estado de Minas Gerais, 3 (três) no Paraná, 2 (duas) na Bahia, 2 (duas) no Espírito Santo, 2 (duas) no Distrito Federal, 1 (uma) no Ceará, 1 (uma) em Pernambuco, 1 (uma) em São Paulo e 1 (uma) em Santa Catarina. Em 4 (quatro) dos artigos identificados, não há especificação do local onde foi realizado o estudo e, em outros 2 (dois), os jovens abordados são de mais de um Estado. Por conta disso, o número total indicado de pesquisas diverge da quantidade de artigos analisados. Minas Gerais foi o Estado com o maior número de pesquisa (seis) e elas foram concentradas na cidade de Belo Horizonte. No Estado do Paraná, foram realizados 3 (três) estudos, todos na capital Curitiba.

**Figura 2 – Realização das pesquisas, por estado brasileiro**



Fonte: Dados da pesquisa

Nos artigos, o conteúdo mais recorrente diz respeito às “atitudes retaliatórias”, sendo abordado em 6 (seis) pesquisas, seguido de 4 (quatro) que tratam de “valores organizacionais”, 3 (três) que focalizam “valores do trabalho”, 2 (duas) que enfocam “comprometimento organizacional”, 2 (duas) com “estresse ocupacional”, 2 (duas) sobre “justiça organizacional”, 2 (duas) que analisam “percepções temporais”, 2 (duas) que discutem “políticas públicas”, 2 (duas) sobre “prazer e sofrimento” e 2 (duas) que focam no “bem-estar” do referido público. As demais temáticas tratadas nos estudos são abordadas uma vez apenas, conforme pode ser verificado na Tabela 3.

**Tabela 3 – Temáticas abordadas, considerando sua incidência**

Temáticas	Incidência	Temáticas	Incidência
Atitudes retaliatórias	6	Autoformação	1
Valores organizacionais	4	Burnout	1
Valores do trabalho	3	Diversidade	1
Comprometimento organizacional	2	Espiritualidade	1
Estresse ocupacional	2	Florescimento	1
Justiça organizacional	2	Formação profissional	1
Percepções temporais	2	Ideologia gerencialista	1
Políticas públicas	2	Poder	1
Prazer e sofrimento	2	Práticas de espiritualidade	1
Bem-estar	2	Satisfação	1

**Fonte: Dados da pesquisa**

Na sequência, observou-se que as pesquisas apresentam certa concentração em um mesmo autor, conforme pode-se observar na Tabela 4:

**Tabela 4 – Temáticas abordadas, considerando sua incidência**

Autor	Incidência	Autor	Incidência
Paiva, K. C. M.	11	Júnior, C. C.	1
Franco, D. S.	4	Lara, S. M.	1
Aquino, M. G.	2	Laurentino, E. C.	1
Cardoso, E. J.	2	Leite, A. M. A. A.	1
Dutra, M. R. S.	2	Lima, T. C. B.	1
Fraga, M. L.	2	Lizote, S. A.	1
Magalhães, A. F.	2	Nilles, D. S.O.	1
Nascimento-Santos, J.	2	Pereira, J. R.	1
Rocha, M. S.	2	Rebouças, S. M. D. P.	1
Silva, B. E. P.	2	Reis, J. F.	1
Barbosa, J. K. D.	1	Rios, J. E.	1
Barros, V. R. F.	1	Rodrigues, A. L.	1
Braga, C. S. C.	1	Santos, A. O.	1
Costa, S. D.M.	1	Santos, L. S.	1
Costa, W. M. P.	1	Saraiva, L. A. S.	1
Ferreira, J. M. P.	1	Silva, M. L. F.	1
Fujihara, R. K.	1	Verdinelli, M. A.	1
Gomes, A. G.	1	Quantidade de autores/coautores	35

**Fonte: Dados da pesquisa**



Os autores com maior número de estudos publicados foram: Paiva, com 11 (onze) artigos e Franco, com 4 (quatro). Autores como Magalhães, Silva, Cardoso, Aquino, Fraga, Rocha, Dutra e Nascimento-Santos tiveram 2 (duas) publicações cada. Os demais autores contribuíram com o estudo desse grupo populacional com 1 (um) artigo cada. Note-se que foram considerados para fins de análise autoria e coautoria dos artigos.

Também houve concentração de instituição de ensino vinculada aos autores em relação às pesquisas efetuadas, conforme esclarecido por meio da Tabela 5:

**Tabela 5 – Instituições de ensino vinculadas aos autores**

Instituições de ensino	Incidência
Universidade Federal de Minas Gerais	15
Faculdade de Estudos Sociais do Espírito Santo - PIO XII	2
Universidade do Estado da Bahia	2
Universidade Federal de Itajubá	2
Universidade Salvador (Unifacs)	2
Centro Universitário Unihorizontes / Faculdade Novos Horizontes	2
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/UNI-BH	1
Universidade de Brasília	1
Universidade de Fortaleza	1
Universidade de São Paulo	1
Universidade do Vale do Itajaí	1
Universidade Federal do Ceará	1
Total de instituições de ensino	13

**Fonte: Dados da pesquisa**

Foram identificadas 12 (doze) instituições de ensino vinculadas aos autores. Houve casos em que um autor estava vinculado a mais de uma instituição. Destaca-se que a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) aparece com 15 (quinze) artigos, liderando o interesse pelo público em questão.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo deste artigo consistiu em descrever como se configuraram as pesquisas sobre jovens trabalhadores assistidos pela Lei número 10.097/2000, tendo como referências os anais de eventos organizados pela ANPAD e a base de dados da SPELL. Para tanto, realizou-se um estudo bibliométrico, a partir de uma abordagem quantitativa e natureza descritiva. Foram utilizadas as seguintes expressões para busca de artigos: “jovem trabalhador”, “jovens trabalhadores”, “jovem aprendiz” e “jovens aprendizes”. Ao final dos procedimentos de seção, 21 (vinte e um) artigos foram analisados.





Embora as publicações que versam sobre jovens trabalhadores tenham apresentado crescimento desde a promulgação da Lei da Aprendizagem, elas ainda são incipientes, sobretudo as que focalizam a legislação pertinente. A maior parte delas tem sido divulgadas em encontros da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD). No geral, são investigações se valem tanto da abordagem quantitativa como qualitativa.

O contexto de estudo dos artigos concentra-se em jovens aprendizes que trabalham nos Estados de Minas Gerais, Paraná, Bahia, Espírito Santo e Distrito Federal. As temáticas mais frequentes estão associadas ao campo do comportamento organizacional, como por exemplo, as tratativas sobre atitudes retaliatórias, valores organizacionais, valores do trabalho e comprometimento organizacional. Entre os autores que mais se dedicam ao seu estudo, destaca-se a atuação de Paiva, sendo autora/coautora de 11 dos 21 artigos identificados. Também houve concentração dos artigos quando consideradas as instituições de ensino vinculadas aos autores, sublinha-se a presença da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Diante dos achados, as contribuições deste artigo situam-se no plano teórico-conceitual, ao passo que são mapeadas as características de pesquisas sobre jovens trabalhadores brasileiros. Além disso, observou-se a necessidade de realização de pesquisas futuras considerando outros vieses ontológicos e epistemológicos, assentadas em outros paradigmas, para além da orientação positivista/funcionalista, tal como observado na grande parte dos estudos analisados. São essencialmente pesquisas orientadas pela filosofia positivista e lógica formal, com o propósito de compreender e explicar determinados tipos de comportamento no ambiente de trabalho.

Entende-se que, apesar de suas contribuições, o estudo apresenta algumas limitações como, por exemplo, o recorte temporal, a escolha de duas bases de artigos frente a outras possibilidades e o fato de serem analisados apenas estudos nacionais. Além disso, pesquisas sobre esse grupo de trabalhadores podem ser ampliadas com base em discussões em relação às políticas públicas, suas necessidades e particularidades, ainda mais considerando-se as realidades sociais, políticas e econômicas atuais e perspectivas futuras do mercado de trabalho no Brasil, bem como na América Latina.

## **AGRADECIMENTOS**

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Brasil.





## REFERÊNCIAS

- Andrade, J. M., Santos, K. K., & Jesus, G. S. (2016). O programa jovem aprendiz e sua importância para os jovens trabalhadores. *Interfaces Científicas-Direito*, 4 (2), 45-54.
- Aquino, M. G. (2018). De jovem a jovem aprendiz: reflexões sobre o processo de autoformação do sujeito no programa jovem aprendiz. *Anais do XLII EnANPAD*, Curitiba, Brasil.
- Aquino, M. G. (2018). Discurso e Poder: Uma Análise Sobre e Formação de Jovens Trabalhadores. *Anais do XLII EnANPAD*, Curitiba, Brasil.
- Barbosa, J. K. D., & Paiva, K. C. M. (2018). Temos todo tempo do mundo? Um estudo sobre percepções temporais, prazer e sofrimento com jovens trabalhadores. *Anais do XLII EnANPAD*, Curitiba, Brasil.
- Brasil. *Decreto nº 5.598*. Brasília. (2005). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm) . Acesso em 26/04/2017.
- Brasil. *Lei número 10.097*. Brasília. (2000). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L10097.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm). Acesso em 01/05/2017.
- Camarano, A. A., Pazinato, M. T., Kanso, S., & Vianna, C. (2003). A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, (21), 53-66.
- Cardoso, E. J., & Nascimento-Santos, J. N. (2017). Práticas de espiritualidade: um caminho para o bem-estar de jovens trabalhadores. *Reúna*, 22 (2), 24-43.
- Corrochano, M. C. (2013). Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. *Revista da Avaliação da Educação Superior*, 18 (1), 23-44.
- Ferreira, J. M. P., Paiva, K. C. M., & Pereira, J. R. (2018). Proposição de modelo relacional entre estresse ocupacional, percepções de justiça e retaliação em organizações: um estudo com jovens trabalhadores. *Anais do XLII EnANPAD*, Curitiba, Brasil.
- Fischer, F. M., Oliveira, D. C., Teixeira, L. R., Teixeira, M. C. T. V., & Amaral; M. A. D. (2013). Efeitos do trabalho sobre a saúde de adolescentes. *Ciência & Saúde Coletiva*, 8 (4), 973-984.
- Fraga, M. L., & Silva, B. E. P. (2016). Programa jovem aprendiz: um estudo da aplicação da lei 10.097/00 como política pública na formação profissional de jovens na região da Grande Vitória – ES. *Anais do VII EnAPG*, São Paulo, Brasil.





- Fraga, M. L., Silva, B. E. P., & Silva, M. L. F. (2015). A contribuição do programa jovem aprendiz na formação profissional: uma análise a partir da ótica dos egressos da região metropolitana de Vitória – ES. *Anais do XXXIX EnANPAD*, Belo Horizonte, Brasil.
- Franco, D. S., & Nilles, D. S. O. (2016). Atitudes retaliatórias de jovens trabalhadores: reflexões de uma análise qualitativa. *Anais do XL EnANPAD*, Costa do Sauípe, Brasil.
- Franco, D. S., & Paiva, K. C. M. (2018). Justiça organizacional e comportamentos retaliatórios: como jovens aprendizes (não) se posicionam? *Gestão & Planejamento*, 10 (19), 331-349.
- Franco, D. S., Magalhães, A. F., & Paiva, K. C. M. (2016). Ações do imaginário organizacional moderno na subjetividade de jovens aprendizes do setor bancário. *Anais do XL EnANPAD*, Costa do Sauípe, Brasil.
- Franco, D. S., Magalhães, A. F., Paiva, K. C. M., & Saraiva, L. A. S. (2017). Entre a inserção e a inclusão de minorias nas organizações: uma análise crítica sob o olhar de jovens trabalhadores. *Revista Economia & Gestão*, 17 (48), 43-61.
- Frenzel, H. S., & Bardagi, M. P. (2014). Adolescentes trabalhadores brasileiros: um breve estudo bibliométrico. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 14 (1), 79-88.
- Julião, E., Nascimento-Santos, J., & Paiva, K. C. M. (2017). Relações entre práticas de espiritualidade e valores organizacionais sob a percepção de jovens trabalhadores brasileiros. *Revista Ciências Administrativas*, 23 (2), 351-366.
- Leite, A. M. A. A., Braga, C. S. C., Canholi Júnior, C., Lima, T. C. B., & Rebouças, S. M. D. P. (2016). Florescimento: saúde e bem-estar de jovens aprendizes da indústria cearense. *Gestão & Regionalidade*, 32 (95), 90-107.
- Lemos, A. H. C. (2012). Juventude, emprego e trabalho: ampliando o debate. *Organizações & Sociedade*, 19 (63), 739-743.
- Lizote, S. A., Verdinelli, M. A., Laurentino, E. C., & Santos, L. S. (2015). Programa de aprendizagem: imagem e satisfação na visão dos aprendizes. *Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 14 (3), 1119-1144.
- Minayo-Gomez, C., & Meirelles, Z. V. (1997). Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 13 (2), 135-140.
- MTE - Ministério do Trabalho e Emprego (2018). *Boletim da Aprendizagem Profissional*. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>> . Acesso em agosto/2018.
- OIT - Organización Internacional del Trabajo (2013). *Trabajo Decente y Juventud en América Latina*. OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe.





- Paiva, K. , Fujihara, R. K. , & Reis, J. F. (2017). Valores organizacionais, valores do trabalho e atitudes retaliatórias: um estudo com jovens aprendizes em uma empresa pública. *TPA - Teoria e Prática em Administração*, 7 (1), 54-78.
- Paiva, K. C. M. (2012). Valores organizacionais e do trabalho: um estudo com jovens trabalhadores. *Anais do XXXVI EnANPAD*, Rio de Janeiro, Brasil.
- Paiva, K. C. M., Dutra, M. G. S., Barros, V. R. F., & Santos, A. O. (2013). Estresse ocupacional e burnout de jovens trabalhadores. *Anais do XXXVII EnANPAD*, Rio de Janeiro, Brasil.
- Paiva, K. C. M., Lara, S. M., Costa, S. D. M., Gomes, A. G., & Rodrigues, A. L. (2018). Prazer e sofrimento no trabalho: um estudo com jovens aprendizes de Curitiba (PR). *Anais do XLII EnANPAD*, Curitiba, Brasil.
- Prado, J. W., Alcântara, V. C., Carvalho, F. M., Vieira, K. C., Machado, L. K. C., & Tonelli, D. F. (2016). Multivariate analysis of credit risk and bankruptcy research data: a bibliometric study involving different knowledge fields (1968–2014). *Scientometrics*, 106 (3), 1007-1029.
- Rios, J. E. , & Dutra, M. R. S. Valores Organizacionais e do trabalho: um estudo comparativo com jovens trabalhadores de São Paulo. *Anais do XLII EnANPAD*, Curitiba, Brasil.
- Rocha, M. S., & Costa, W. M. P. (2017). Comprometimento organizacional e percepções temporais: um estudo sobre jovens trabalhadores. *Anais do XLI EnANPAD*, São Paulo, Brasil.
- Rocha, M. S., & Paiva, K. C. M. (2016). Relações fronteiriças entre as dimensões do comprometimento organizacional: contribuições de um estudo com jovens trabalhadores. *Anais do XL EnANPAD*, Costa do Sauípe, Brasil.
- Rocha-de-Oliveira, S., Piccinini, V. C., & Bitencourt, B. M. (2012). Juventudes, gerações e trabalho: é possível falar em geração Y no Brasil? *Organizações & Sociedade*, 19 (62), 551-558.
- Sengupta, I. N. (1992). Bibliometrics, informetrics, scientometrics and librmetrics: an overview. *Libri*, 42 (2), 75-98.
- Sposito, M. P. (2003). *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. São Paulo: Ação Educativa.
- Trancoso, A. E. R., & Oliveira, A. A. S. (2016). Aspectos do conceito de juventude nas Ciências Humanas e Sociais: análises de teses, dissertações e artigos produzidos de 2007 a 2011. *Pesquisa e Práticas Psicossociais*, 11 (2), 278-294.







Tucker, S., & Loughlin, C. (2006). Young workers. In: Kelloway, E. K.; Barling, J.; & Hurrell, J. (Eds.). *Handbook of Workplace Violence* (pp. 417-444). Thousand Oaks: Sage.

